



FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA, SC, 2018



Volume VII - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2018.

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Este documento é dos Cordilheiraltenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos Cordilheiraltenses.

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 Natureza Jurídica da Entidade;
- 1.2 Domicílio da Entidade;
- 1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade;
- 1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

- 2.1 Bases de mensuração utilizadas;
- 2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;
- 2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

- 4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;
- 4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas
- 4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro
- 4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

- 1.1 Previsão da receita versus arrecadação;
- 1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;
- 1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;
- 1.4 Detalhamento da execução das despesas;
- 1.5 Análise da execução da despesa;
- 1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

- 2.1 Caixa e equivalente de caixa;
- 2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.3 Investimentos RPPS;
- 2.4 Imobilizado;
- 2.5 Intangível;
- 2.6 Fornecedores;
- 2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;
- 2.9 Demais elementos patrimoniais.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

- 3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;
- 3.2 Baixas de investimento;
- 3.3 Constituição ou reversão de provisões;
- 3.4 Demais variações, quando relevantes;
 - 3.4.1 Variações Aumentativas;
 - 3.4.2 Variações Diminutivas.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas ;

4.2 Retenções tributárias;

4.3 Restos a pagar processados e não processados.

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 Capital/Patrimônio Social;

6.2 Resultados Acumulados;

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores;

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2018 o Município de Cordilheira Alta completou 26 anos de emancipação.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Secretário de Saúde: Rafaela Regina Pacífico Dezen

Prefeito(a): Carlos Alberto Tozzo

Microrregião: Microrregião do Oeste de Santa Catarina

Aniversário: 30/03

Habitantes: 4.321

Eleitores: 3.880

PIB: 185.551.000,00

1.1 Natureza Jurídica da Entidade

O Município de Cordilheira Alta, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 95.990.198/0001-04, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo.

O Fundo Municipal de Saúde está inscrito no CNPJ 11.427.163/0001-71 O Município conta com duas Unidades de Saúde:

- a) UNIDADE DE SAÚDE FRANCISMAR SEVERINO TOZZO
- b) UNIDADE DE SAÚDE ADRINEI FAVAVERO

1.2 Domicílio da Entidade

Tem sua sede em prédio próprio do endereço Rua Celso Tozzo, nº 27, Centro, Cordilheira Alta, CEP. 89.819-000, Estado de Santa Catarina.

1.3 Natureza das operações e principais atividades da entidade

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 8630-5/02

Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:

- Secretaria Municipal de Saúde

1.4 Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

DECLARAÇÃO PLENA

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL.

- Não há Restrições de ordem Contábeis do exercício de 2018, considerando o GRAU DE RELEVÂNCIA e a MATERIALIDADE dos valores envolvidos;
- As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
- Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.
-

Emanuelle Cella Tozzo
Contadora

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

2.1 Bases de mensuração utilizadas

ATIVOS

Ativo

Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção. Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Por meio do Decreto nº 720 de 26 de outubro de 2017, foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens



móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

Redução do valor recuperável (impairment)

O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. O Fundo Municipal de Saúde não constitui Provisões por ser um Fundo com personalidade jurídica, porém meramente contábil. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

DEFINIÇÕES GERAIS

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas

demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis

Na preparação das demonstrações contábeis, o Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.
- b) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de Cordilheira Alta, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Fundo Municipal de Saúde.

3 INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS

ATIVOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	972.329,12
	Total	972.329,12

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.3.8.1.xx	Outros créditos a receber e valores a curto prazo	75.000,00
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	209.265,84
1.1.5.6.8.xx	Outros estoques	446.517,18
1.1.9.xx	Variações patrimoniais pagas antecipadamente	11.183,90
	Total	741.966,92

Os outros créditos a receber no valor de R\$ 75.000,00 referem-se a créditos a receber de entidades federais.

O Fundo Municipal de Saúde controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.2.1.xx	Demais créditos e valores a longo prazo	111,00
	Total	111,00

d) Estoques

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	209.265,84
1.1.5.6.8.xx	Outros estoques	446.517,18
	Total	655.783,02

O estoque almoxarifado refere-se a:

O saldo de estoque em almoxarifado refere-se a matérias de consumo, lubrificantes, autopeças, material de expediente, medicamentos e materiais hospitalares, entre outros.

e) Investimentos

O Fundo Municipal de Saúde não possui investimentos.

f) Imobilizado

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, O Fundo Municipal de Saúde, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Fundo Municipal de Saúde, SC, válida a partir do exercício de 2015:

MASCARA	DESCRIÇÃO	VIDA UTIL	VALOR RESI-
---------	-----------	-----------	-------------



		DUAL	
1.2.3.1.1.01.00	Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas		
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de medição e orientação	15	5
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e equipamentos de comunicação	5	5
1.2.3.1.1.01.03	Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	15	5
1.2.3.1.1.01.04	Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões	10	2
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de proteção, segurança e socorro	15	5
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e equipamentos industriais	15	20
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e equipamentos energéticos	15	20
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e equipamentos gráficos	15	10
1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	15	20
1.2.3.1.1.01.10	Equipamentos de montaria	15	5
1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos, peças e acessórios para automóveis	10	5
1.2.3.1.1.01.16	Equipamentos de mergulho e salvamento	5	5
1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de proteção e vigilância ambiental	15	10
1.2.3.1.1.01.19	Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários	15	20
1.2.3.1.1.01.20	Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários	20	30
1.2.3.1.1.01.21	Equipamentos hidráulicos e elétricos	15	10
1.2.3.1.1.01.99	Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	15	10
1.2.3.1.1.02.00	Bens de informática		
1.2.3.1.1.02.01	Equipamentos de processamento de dados	5	5
1.2.3.1.1.02.02	Equipamentos de tecnologia da informação	5	5
1.2.3.1.1.02.03	Sistemas aplicativos - softwares	5	5
1.2.3.1.1.03.00	Móveis e utensílios		
1.2.3.1.1.03.01	Aparelhos e utensílios domésticos	10	5
1.2.3.1.1.03.02	Máquinas e utensílios de escritório	15	5
1.2.3.1.1.03.03	Mobiliário em geral	30	10
1.2.3.1.1.03.04	Utensílios em geral	15	10
1.2.3.1.1.04.00	Materiais culturais, educacionais e de comunicação		
1.2.3.1.1.04.01	Bandeiras, flâmulas e insígnias	5	5
1.2.3.1.1.04.02	Coleções e materiais bibliográficos	5	5
1.2.3.1.1.04.03	Discotecas e filmotecas	5	5
1.2.3.1.1.04.04	Instrumentos musicais e artísticos	15	5
1.2.3.1.1.04.05	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	10	5
1.2.3.1.1.04.06	Obras de arte e peças para exposição	0	100
1.2.3.1.1.04.99	Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação	15	10
1.2.3.1.1.05.00	Veículos		
1.2.3.1.1.05.01	Veículos em geral	8	20

1.2.3.1.1.08.00	Bens móveis em almoxarifado		
1.2.3.1.1.08.05	Bens móveis inservíveis	0	5
1.2.3.2.1.01.03	Edifícios	35	50

g) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Fundo Municipal de Saúde, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2018:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018
123110101	Aparelhos de medição e orientação	39,60
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	219,00
123110103	Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos	115.903,14
123110104	Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão	112,20
123110105	Equipamentos de proteção, segurança e socorro	90,00
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	2.166,00
123110201	Equipamentos de processamentos de dados	14.525,00
123110202	Equipamentos de tecnologia da informação	31.824,30
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	13.208,52
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	330,00
123110303	Mobiliário em geral	68.207,06
123110304	Utensílios em geral	18.057,40
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	3.286,90
123110503	Veículos de tração mecânica	372.159,00
123210103	Edifícios	727.350,00
123210104	Terrenos	758.200,00
123810101	(-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip.	57.345,50

123810102	(-) Depreciação acumulada bens de informatica	39.307,67
123810103	(-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios	64.469,65
123810104	(-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educac.	3.006,07
123810105	(-) Depreciação acumulada de veículos.	146.942,09
123810299	(-) Depreciação acumulada de demais bens imóveis	39.674,65
	Total	1.774.932,49

h) Intangível

O Fundo Municipal de Saúde não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

PASSIVOS

b) Obrigações

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante

2.1.1.1.1.01.03	Férias	142.162,18
2.1.1.4.3.01	Encargos Sociais a pagar – Inter OFSS União	24.174,79
2.1.3.1.1.01.01	Fornecedores não financiados a pagar	1.076,66
2.1.8.9.xx	Outras obrigações a curto prazo	21.600,00
	Total	189.013,63

O Fundo Municipal de Saúde não possui passivo não circulante.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

**a) Variações Patrimoniais Diminutivas**

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	2.137.115,98	40,51
3.1.2	Encargos patronais	426.504,98	8,08
3.2.4	Benefícios Eventuais	30.468,79	0,58
3.3.1	Uso de material de consumo	1.156.041,14	21,91
3.3.2	Serviços	1.346.684,49	25,53
3.3.3	Depreciação	84.277,82	1,60
3.5.1	Transferências intragovernamentais	48.112,02	0,91
3.5.5	Transferências a consórcios públicos	21.600,00	0,41
3.5.7	Execução orçamentária delegada	24.660,40	0,47
Total		5.275.465,62	100

O gasto com pessoal representa 48,59% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 25,53% do total das variações diminutivas.

As variações patrimoniais diminutivas representam o esforço do Fundo Municipal de Saúde na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**a) Variações Patrimoniais Aumentativas**

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras	12.011,24	0,20

4.5.1	Transferências intragovernamentais	4.430.112,34	72,00
4.5.2	Transferências inter governamentais	1.475.789,41	23,99
4.6.1	Reavaliação de ativos	6.399,80	0,10
4.6.3	Outros ganhos com incorporações de ativos	156.096,64	2,54
4.9.9	Diversas variações patrimoniais aumentativas	72.110,68	1,17
	Total	6.152.520,11	100

Nota-se que as transferências intra governamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 72,00%, o que torna a entidade refém do Governo Estadual e Federal.

4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

O Fundo Municipal de Saúde não possui passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos.

4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro

Não foram realizados em 2018 ajustes decorrentes de omissões e erros de registro. Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Fundo Municipal de Saúde, no ano de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2018

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Fundo Municipal de Saúde.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas



Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2018 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições

simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

1 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta em 2018, apresentou os seguintes resultados:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		2018
	RECEITAS	Valor
	Previsão Inicial da Receita	1.017.951,00
	Previsão Atualizada da Receita	1.017.951,00
	Receitas Realizadas Líquida	1.514.491,20
	Déficit Orçamentário	4.228.032,14
	DESPESAS	Valor
	Dotação Inicial	5.396.368,50



Créditos Adicionais	1.839.039,12
Dotação Atualizada	7.235.407,62
Despesas Empenhadas	5.742.523,34
Despesas Liquidadas	5.128.656,16
Despesa Paga	5.127.579,50
Superávit Orçamentário	0,00

1.1 Previsão da receita versus arrecadação

RECEITA	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	1.016.850,00	1.489.491,20	472.641,20
Patrimonial	64.750,00	12.011,24	-52.738,76
Transferências correntes	952.100,00	1.475.789,41	523.689,41
Outras receitas correntes	0,00	1.690,55	1.690,55
RECEITAS DE CAPITAL	1.101,00	25.000,00	23.899,00
Transferência de capital	1.101,00	25.000,00	23.899,00
TOTAL	1.017.951,00	1.514.491,20	496.540,20

Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receitas patrimoniais obtiveram insuficiência de arrecadação R\$ 52.738,76. As transferências correntes recebidas, por sua vez, resultaram em excesso de R\$ 523.689,41 e as outras receitas correntes R\$ 1.690,55. O Fundo Municipal de Saúde obteve receita de capital no montante de R\$ 25.000,00 demonstrando excesso de 23.899,00 em 2018.

1.2 Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
---------------------	---------------------	-------

Prefeitura

Fundo Municipal de Saúde

4.389.281,74

1.3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários

Foram utilizados R\$ 370.132,60 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

Foram utilizados R\$ 792.906,52 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2018.

1.4 Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
DESPESAS CORRENTES	5.120.117,50	6.237.180,93
Pessoal e encargos sociais	2.470.817,50	2.708.859,28
Outras despesas correntes	2.649.300,00	3.528.321,65
DESPESAS DE CAPITAL	276.251,00	998.226,69
Investimento	276.251,00	998.226,69
	5.396.368,50	7.235.407,62

Durante o exercício de 2018, o Município, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, "Art. 42. Os créditos

suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2018, que contempla também do Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Lei Municipal 1236, de 25 de outubro de 2018, Lei Orçamentária 2018 do Município de Cordilheira Alta:

Art. 5º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 35% (Trinta e cinco por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, observado o disposto no art. 43 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964: (...)

Durante o exercício de 2018, a abertura de créditos adicionais no valor total de R\$ 2.322.757,12, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

- ⇒ Suplementar: R\$ 2.295.757,12
- ⇒ Especial: R\$ 27.000,00

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

- ⇒ Superavit Financeiro: R\$ 370.132,60
- ⇒ Excesso de Arrecadação: R\$ 792.906,52
- ⇒ Operação de Credito: R\$ 0,00
- ⇒ Anulação de dotação: R\$ 483.718,00
- ⇒ Dotação Transferida: R\$ 676.000,000

1.5 Análise da execução da despesa

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGA
DESPESAS CORRENTES	6.237.180,93	5.620.038,80	5.116.291,30	5.115.214,64
Pessoal e encargos	2.708.859,28	2.563.165,76	2.563.165,76	2.563.165,76

sociais

Outras despesas correntes	3.528.321,65	3.056.873,04	2.553.125,54	2.552.048,88
DESpesas DE CAPITAL	998.226,69	122.484,54	12.364,86	12.364,86
Investimento	998.226,69	122.484,54	12.364,86	12.364,86
	7.235.407,62	5.742.523,34	5.128.656,16	5.127.579,50

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais, foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

As despesas com Outras Despesas Correntes e investimentos, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

1.6 Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados

O exercício de 2018 iniciou sem restos a pagar. Porém no encerramento do exercício de 2018, R\$ 614.943,84 foi o saldo de restos a pagar para o exercício seguinte.

2 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

2.1 Caixa e equivalente de caixa

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Fundo Municipal de Saúde estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários na classificação econômica 4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00.

Fontes de Recurso.

As contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas correntes do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado bloco ou componente do SUS. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Fundo Municipal de Saúde não recebe ou arrecada recursos financeiros na Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

2.2 Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo

Créditos Tributários a Receber

O Fundo Municipal de Saúde, possui créditos a receber durante o exercício, como é o caso das Taxas como Alvará Sanitário.

2.3 Investimentos RPPS

O Fundo Municipal de Saúde não possui investimentos RPPS.

2.4 Imobilizado

O patrimônio imobilizado do Fundo Municipal de Saúde somou 1.774.932,49, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R\$ 640.188,12 e os imóveis R\$ 1.485.550,00.

O Fundo Municipal de Saúde mantém já a alguns exercícios o controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio, do Município. A depreciação traz o saldo acumulado de R\$ 350.745,63.

As contas patrimoniais mantem coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

2.5 Intangível

O Fundo Municipal de Saúde não possui intangíveis em 31 de dezembro de 2018.

2.6 Fornecedores



Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do Fundo Municipal de Saúde para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta fornecedores é de R\$ 1.076,66.

2.7 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, do Fundo Municipal de Saúde, somou R\$ 166.336,97 no final do exercício de 2018. Destes, R\$ 142.162,18 são férias reconhecidas por competência e R\$ 24.174,79, encargos sociais por competência. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Fundo Municipal de Saúde.

O Fundo Municipal de Saúde não possui Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo.

2.8 Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo

O Fundo Municipal de Saúde não possui provisões em 31 de dezembro de 2018, pois trata-se de um Fundo com personalidade jurídica, porém meramente contábil, estando os valores sempre provisionados na Entidade Prefeitura.

2.9 Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.

Estoques

O saldo de estoque ao final do exercício de 2018 soma R\$ 655.783,02, referente o controle dos medicamentos, combustíveis e lubrificantes, material de higiene e limpeza, autopeças, combustíveis e lubrificantes, materiais de expediente, materiais hospitalares, odontológicos entre outros.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R\$ 3.300.325,90, e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Fundo. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Municípios.



No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores pode ser utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Fundo Municipal de Saúde, no ano de 2018.

3 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2018.

3.2 Baixas de investimento

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2018.

3.3 Constituição ou reversão de provisões.

Não houve constituição ou reversão de provisões em 2018.

3.4 Demais variações

3.4.1 Variações Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser consolidação, intra ou inter orçamentárias. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos

O Fundo Municipal de Saúde obteve valorização e ganhos com ativos no montante de R\$ 162.496,44.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas



Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

3.4.2 Variações Diminutivas

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Fundo Municipal de Saúde pela assunção da despesa com pessoal, que produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios eventuais como auxílio saúde e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, medicamentos, combustível entre outros. Os serviços contratados como seguros, assinaturas, serviços médicos e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intra governamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com o Fundo Municipal de Saúde. O Fundo Municipal de Saúde transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. O Fundo de Saúde também transfere recursos a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima.

4 NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

4.1 Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor	Finalidade	Ato Legal
Prefeitura	Fundo Municipal	4.389.281,74	Manutenção de todas as atividades do	Lei Municipal 1236, de 25 de

de Saúde

Fundo Municipal de
Saúde

outubro de 2018,
Lei Orçamentária
2018 do Município
de Cordilheira Alta

4.2 Retenções tributárias

O Fundo Municipal de Saúde adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

4.3 Restos a pagar processados e não processados

Restos a pagar	2017	2018
Recebimentos Extraorçamentários		
Inscrição de restos a pagar não processados	0,00	613.867,18
Inscrição de restos a pagar processados	0,00	1.076,66
Pagamentos Extraorçamentários		
Restos a pagar não processados pagos	0,00	0,00
Restos a pagar processados pagos	0,00	0,00

Observa-se que a inscrição de restos a pagar em 2018 foi de R\$ 614.943,84.

5 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Tipo de Fluxo	2017	2018	Varição
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	1.421.417,44	763.558,30	

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-1.009.566,75	-12.364,86
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	106.813,00	25.000,00

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2018 apresentou o montante positivo de R\$ 763.558,30.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. O resultado de 2018 foi negativo de R\$ 12.364,86, porém positivo se comparado com o ano de 2017 que foi negativo em R\$ 1.009.566,75.

Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando no exercício de 2018 o montante de R\$ 25.000,00, referente transferências de capital recebidas.

Retenções

O Fundo Municipal de Saúde adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

6 NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

6.1 Capital/Patrimônio Social

O patrimônio social e capital social representam R\$ 2.423.271,41, em 31 de dezembro de 2018.

6.2 Resultados Acumulados

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

Variações Patrimoniais Diminutivas	5.275.465,62
Variações Patrimoniais Aumentativas	6.152.520,11
Total	877.054,49
Patrimônio Líquido Inicial	2.423.271,41
Resultado do Exercício	877.054,49
Patrimônio Líquido Final	3.300.325,90

O Fundo Municipal de Saúde em 2018, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R\$ 16423.271,41 em 2017, para R\$ 3.300.325,90 em 2018. Essa alteração de R\$ 877.054,49, referente resultado do exercício de 2018.

6.3 Ajustes dos exercícios anteriores

Não houveram ajustes de exercícios anteriores na Entidade Fundo Municipal de Saúde, no ano de 2018.

6.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Não houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

CORDILHEIRA ALTA, SC, 28 de fevereiro de 2019.

Emanuelle Cella Tozzo
CONTADORA
CRC/SC 023417/O-8

Carlos Alberto Tozzo
PREFEITO